



TEORIZANDO A PRÁTICA: ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO PARA O PÓLO PILAR

LIRA, KARINA MONTEIRO. (1); VIEIRA, NATÁLIA MIRANDA (2)

1. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2010), Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América - Latina (ITUC, 2010), Especialista em Intervenções em Áreas Históricas (FADIC, 2009).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 21/303, Federação. Salvador – BA, Brasil.
CEP 40231-305 - Fone: 71-9106-0816 / 71- 3203-4536
E-mail: arq.kamonteiro@gmail.com

2. Doutora em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 2006), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2000), professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e da Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

Endereço: Rua Sandoval Tavares Guerreiro, 100, Casa 36, Nova Parnamirim. Parnamirim – RN, Brasil. CEP 59 152-350 - Fone: 84-8723-2618 / 84- 3641-1797
E-mail: natvieira01@hotmail.com

Este trabalho busca realizar uma avaliação dos possíveis impactos na *unidade potencial* do Bairro do Recife decorrentes da implementação do projeto do Pólo Pilar, como previsto no Plano de Revitalização do Bairro do Recife. Este plano traçou projetos a serem desenvolvidos nas áreas setorizadas por ele, sendo a área do Pilar uma delas.

O projeto do Pilar trata-se de uma inserção de um conjunto habitacional em uma área de ambiência histórica, para abrigar os moradores da Comunidade do Pilar, também conhecida como Favela do Rato, instalada na área desde a década de 1980, após a ampliação Porto. Este projeto é mais uma intervenção no bairro, sendo esta considerada uma intervenção de impacto, devido às proporções do conjunto proposto. Assim, pretende-se identificar as posturas projetuais adotadas em relação ao entorno histórico, através do arcabouço teórico para intervenções em áreas históricas.

Os argumentos utilizados estão fundamentados no ideário dos teóricos do restauro e nas recomendações internacionais das cartas patrimoniais. Para compreender a postura projetual em relação ao entorno, também se tem como referencial os conceitos de *uniformidade contextual*, *continuidade contextual* e *justaposição contextual* estabelecidos pelos urbanistas Steven Tiesdell, Taner OC e Tim Heath (1996). A partir dessa reflexão teórica, será possível interpretar a postura projetual adotada, além de associar a sua interferência no conjunto e na ambiência histórica local.

Palavras-chaves: Intervenção, Projeto, Ambiência, Centro Histórico.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma avaliação dos possíveis impactos na leitura do conjunto urbano do Bairro do Recife decorrentes da implementação do conjunto habitacional da Comunidade do Pilar. A Comunidade do Pilar está situada no Bairro do Recife, área mais antiga da cidade que, ao longo dos anos, passou por várias intervenções. Além disso, a área passou por momentos de declínio econômico e estava estagnada, no abandono, até a aplicação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, iniciada em 1993. Este plano traçou projetos a serem desenvolvidos nas áreas setorizadas por ele, sendo a área do Pilar uma delas. O projeto do Pilar corresponde à inserção de um conjunto habitacional em uma área de ambiência histórica para abrigar os moradores da Comunidade do Pilar, também conhecida como Favela do Rato, instalada na área.

Este projeto é uma intervenção de impacto devido às proporções do conjunto proposto. Assim, pretende-se identificar as posturas projetuais adotadas em relação ao entorno histórico através do arcabouço teórico para intervenções em áreas históricas. O pensamento preservacionista, construído por defensores da memória e identidade da humanidade, fruiu a partir das discussões de Ruskin e Viollet le Duc, posteriormente retrabalhadas por Camillo Boito. A continuidade deste debate tem hoje como grandes referências os nomes de Alois Riegl e Cesare Brandi.

Para compreender a postura projetual em relação ao entorno, também se tem como referencial os conceitos de uniformidade contextual, continuidade contextual e justaposição contextual dos urbanistas Steven Tiesdell, Taner OC e Tim Heath (1996). Estes conceitos apresentam uma classificação das possíveis posturas de intervenção em relação ao ambiente construído pré-existente.

A evolução do pensamento preservacionista dos teóricos do restauro teve continuidade em documentos internacionais, as Cartas Patrimoniais. Estes documentos abordam a preservação sob vários pontos de vista. Assim, para este trabalho, fez-se uso das cartas que tem seu foco na ambiência histórica e na interferência na leitura de conjuntos históricos, sendo estas a Carta de Veneza de 1964, Recomendação de Nairóbi de 1976 e, por fim, a Carta de Washington, 1987.

Com base neste esforço de apropriação teórica, nos propomos a interpretar a postura projetual adotada, verificando a sua interferência no conjunto e na ambiência histórica local.

2. A QUESTÃO DA PAISAGEM E DO ENTORNO NO ARCABOUÇO TEÓRICO INTERVENCIONISTA

As teorias e recomendações quanto à ação restaurativa encontram-se em constante processo de desenvolvimento. O processo desta formação ideológica se iniciou no século XVIII, com o impacto da Revolução Industrial, Revolução Francesa e o Iluminismo, e posteriormente, das reformas urbanas do século XIX. Diante do sentimento de perda em relação ao patrimônio construído, inicia-se a discussão preservacionista através dos teóricos do restauro. Suas teorias e conceitos iniciaram o debate, que se estende até hoje, através de recomendações internacionais, conhecidas como Cartas Patrimoniais.

As Cartas Patrimoniais visam difundir conhecimentos e teorias para preservação e conservação dos Bens Culturais. Neste decorrer houve não só uma evolução do ponto de vista do que deve ou não ser preservado, mas também se introduziu outras temáticas na discussão, como por exemplo, a sustentabilidade, a questão do patrimônio imaterial, entre outros.

Alois Riegl, que expõe sua teoria em seu livro “O Culto Moderno dos Monumentos”, onde atribui valores aos monumentos. Nela o autor diferencia monumento intencional dos históricos e artísticos, sendo monumento intencional aquele que foi feito com a intenção de recordar, rememorar, e comemorar um evento, uma época ou um personagem do passado. Já os monumentos históricos e artísticos são aqueles que recebem um valor com o passar do tempo como testemunho do passado. Uma vez estabelecida esta distinção, atribui valores aos monumentos, os quais são divididos em duas classes, valores de rememoração, relativos ao passado, e valores de contemporaneidade, relativos ao presente.

Os valores de rememoração são o valor de ancianidade e o valor histórico. O valor de ancianidade, diz respeito à idade do monumento e as marcas por ele deixadas, a pátina. Sendo assim, para manter este valor, o monumento deve sofrer o mínimo na intervenção, limitando-a ao necessário para a preservação do bem. Já quando o valor histórico se destaca, são admissíveis ações de conservação, pois o valor histórico de um monumento será maior quanto menor for a alteração sofrida em seu estado original. Ainda assim, a intervenção não deve reconstituir as partes deterioradas e apenas impedir a deterioração a partir do momento presente. Deste modo, preserva-se o mais possível a sua forma original a fim de que o valor histórico seja mantido.

Os valores de contemporaneidade são o valor de uso e o valor artístico. Em algumas intervenções, tem-se como valor norteador da obra o de uso, sendo este o meio para a

preservação do bem. Quanto ao valor artístico, Riegl o divide em duas classes, o valor artístico de novidade e o valor artístico relativo. O primeiro corresponde a uma necessidade contemporânea de se apreciar as obras como algo recém-surgido, em seu estado de gênese. O valor de novidade corresponde à aparência de frescor do que acaba de ser construído. O segundo permite que obras de gerações anteriores sejam apreciadas não só como testemunho histórico, mas também com relação à sua concepção, forma e cor. Nesta classificação, por não existir um valor artístico absoluto, mas apenas um relativo, contemporâneo, as intervenções de preservação vão depender do caráter de valorização que se atribui à obra. Se o monumento corresponder à vontade de arte contemporânea, o natural é que não se deseje perder o monumento, que este possa manter o seu estado atual. Porém se a valorização for negativa, o monumento provavelmente ficará fadado ao esquecimento.

Outro nome que veio a contribuir no panorama preservacionista é o de Cesare Brandi. A frente do Instituto Central de Restauração (ICR) de Roma, foi coordenador de restaurações de inúmeras obras de arte destruídas nos bombardeios e, paralelamente, desenvolve sua Teoria da Restauração, publicada em 1963. Em sua teoria, parte do princípio que a obra de arte tem seu reconhecimento a partir de um valor nela impregnado, seja este derivado do aspecto material, pelo renome do autor ou, ainda, por sua técnica. Assim, condiciona o ato de restauração à compreensão da obra de arte enquanto tal, o que resulta na prevalência do estético sobre o histórico, já que é a condição de artística, o que diferencia a obra de arte dos outros produtos da ação humana. Conceitua restauro como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (Brandi, 2002). Deste seu conceito de restauro, Brandi extrai dois axiomas:

1º. Axioma: “restaura-se somente a matéria da obra de arte”, que se refere aos limites da intervenção restauradora, levando em conta que a obra de arte é um ato mental que se manifesta em imagem através da matéria. É sobre esta matéria – que se degrada - que se intervém e não sobre esse processo mental, no qual é impossível agir. Daí decorre as críticas às restaurações baseadas em suposições sobre o “estado original” da obra, condenadas a serem meras recriações fantasiosas, que deturpam a fruição da verdadeira obra de arte.

2º. Axioma: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico,

e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. Ainda que se busque com a restauração a unidade potencial da obra, não se deve atingir a autenticidade do monumento.

Nesta mesma obra, também trata da falsificação, sendo esta fruto de um juízo falso. Um objeto, produzido sobre este juízo, pode ser considerado cópia, imitação ou falsificação, variando da forma como foi produzido e de como foi colocado em circulação. Assim, diferencia estes três casos como:

- “1) Cópia: produção ou reprodução semelhante de um objeto segundo o estilo de um determinado período histórico ou personalidade artística, com o objetivo de documentação;
- 2) Imitação: se assemelha à cópia, exceto na intenção, que tem como objetivo gerar um engano acerca da época, material ou autor (falso histórico);
- 3) Falsificação: difusão do objeto no comércio, ainda que não tenha a intenção de trazer um engano em relação aos materiais, à época ou ao autor da obra (falso artístico).” (BRANDI, 2002, p. 113-115)

Ao fazer estas classificações sobre falsificação, Brandi alerta não apenas contra a reprodução objetos de arte, mas do risco das posturas adotadas em uma restauração, como foi dito no seu segundo axioma.

A influência das idéias de Brandi, assim como as de Riegl, estão presentes nas teorias e no pensamento preservacionista contemporâneos. O pensamento destes dois teóricos marca presença, de forma evidente, nos conceitos adotados e diretrizes utilizadas nas Cartas Patrimoniais. A contemporaneidade destes documentos revela a importância e a aplicabilidade de ambas as teorias de forma articulada nos processos restaurativos e nas intervenções em áreas de importância histórico-cultural.

Em paralelo às teorias do restauro e as declarações internacionais, outras teorias foram difundidas ao longo deste processo. Em meados dos anos 90, os urbanistas Steven Tiesdell, Taner OC e Tim Heath, escrevem em seu livro “Revitalizing Historic Urban Quarters” (1996) três conceitos que classificam as intervenções em três posturas, sendo estas: uniformidade contextual, continuidade contextual e justaposição contextual.

A uniformidade contextual diz respeito a intervenções voltadas ao passado, como as reconstruções, reconstituições, cópia de estilos e até o próprio pastiche. Segundo Vieira (2008), este posicionamento por um lado garante a ambiência do conjunto, a sua integridadeii, mas por outro compromete a sua autenticidadeiii.

A justaposição contextual tem suas raízes no ideário modernista. Defende que cada obra é representante de seu tempo, tendo assim, numa mesma malha uma justaposição de edifícios de varias épocas e estilos diferentes. Para Vieira (2008), num conjunto arquitetônico qualquer, não há problema algum neste ideário, mas, já quando tratamos de um conjunto de importância histórica, esta postura afeta diretamente a integridade do conjunto e a leitura de sua ambiência.

Por fim, a continuidade contextual coloca-se em posição intermediária em relação às outras duas já citadas. Esta postura, apesar de defender que a arquitetura é produto de sua época, ressalta que esta deve respeitar a tradição das demais. Assim trata-se da interpretação desta tradição, não sendo uma cópia ou imitação, garantindo a autenticidade. E por também não se sobrepor ao conjunto, não compromete a sua integridade (VIEIRA, 2008). A importância desta classificação, não dá apenas para uma definição da postura da intervenção, mas também pela possível interpretação dos níveis de interferência da intervenção, ou seja, seus impactos na autenticidade e na integridade do conjunto.

No que diz respeito às Cartas Patrimoniais, dentre os vários documentos até então publicados, alguns tratam diretamente da interferência em conjuntos urbanos de importância histórico-cultural. Aqui considerou-se como os mais representativos a Carta de Veneza (1964), Recomendação de Nairóbi (1976) e a Carta de Washington (1987). A Carta de Veneza é primeira carta a tratar dos conjuntos e sítios, e não do monumento isolado tendo como seu primeiro artigo:

Art.1 – O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo (Carta de Veneza, 1964).

Seguindo os princípios desta carta, em 1976, foi concebida a Recomendação de Nairóbi. Esta Carta trata especificamente de conjuntos urbanos. Ela entende os conjuntos urbanos históricos como:

(...) os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e

integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planeamento físico-territorial, [...] os conjuntos históricos ou tradicionais constituem um património imobiliário cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas económicas (...) (Recomendação de Nairóbi, 1976).

Posteriormente, trata da importância destes conjuntos sob o ponto de vista da ambiência, compreendendo esta como:

Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, económicos ou culturais. [...] Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um património universal insubstituível. Sua salvaguarda e integração na vida coletiva de nossa época deveriam ser uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos Estados em cujo território se encontram. [...] Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e carácter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. [...] Nas condições da urbanização moderna, que produz um aumento considerável na escala e na densidade das construções, ao perigo da destruição direta dos conjuntos históricos ou tradicionais se agrega o perigo real de que os novos conjuntos destruam indiretamente a ambiência e o carácter dos conjuntos históricos adjacentes (Recomendação de Nairóbi, 1976).

Tendo em vista uma nova abordagem da preservação de cidades e bairros históricos, foi elaborada, em 1987, a Carta de Washington. Esta Carta traz em si os aspectos que compõe os núcleos históricos dignos de preservação, sendo estes:

(...) a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres; a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem; as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história. Qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica (Carta de Washington, 1987).

Estes elementos da forma urbana são justamente os aspectos a serem considerados numa intervenção em uma área histórica, seja numa relação do edifício com ele mesmo ou de uma entre o edifício e o entorno. São justamente estas relações que norteiam a Carta de Veneza, a Recomendação de Nairóbi e a Carta de Washington. A Carta de

Veneza foi a pioneira em defesa da integridade dos conjuntos. A partir dela, todos os documentos seguintes tiveram seu embasamento, como a Recomendação de Nairóbi. Esta recomendação orienta as intervenções, declarando as possíveis interferências sociais com as perdas dos conjuntos históricos. Para tanto, conceitua ambiência e atribui a responsabilidade da salvaguarda deste patrimônio, como também alerta ao perigo do crescimento urbano das áreas vizinhas aos núcleos históricos culturais. Em continuidade a este pensamento, a Carta de Washington, vem não apenas justificar a necessidade da salvaguarda dos conjuntos históricos, mas também define todos seus elementos a serem preservados. Desta forma, estes documentos vêm instruir as intervenções não apenas nos núcleos históricos, mas também em seu entorno, visando assim, preservar a sua integridade e sua ambiência.

3. O BAIRRO DO RECIFE E O PILAR

O Bairro do Recife corresponde a área onde se iniciou a formação da cidade do Recife, baseada na forte atividade portuária. Atualmente o Bairro do Recife é reconhecido como símbolo da identidade cultural da cidade. A configuração atual do bairro, praticamente reconstruído em sua totalidade no início do século, abriga hoje prédios ecléticos, proto-racionalistas, modernos e contemporâneos convivendo num mesmo espaço.

Mas esta não é bem a realidade da área do Pilar. Esta área surge, na sua conformação atual, como consequência da expansão do Porto do Recife, em 1981. Assim, a PORTOBRÁS desapropriou a área ao norte da ilha, entre o Moinho Recife (1919), a Fábrica Pilar e as ruas de São Jorge e do Brum, para construção de armazéns. Este projeto de expansão nunca chegou a ser efetivado, assim, a região do Pilar se deparou com o abandono e o inatividade, deixando suas antigas residências ecléticas, que já se encontravam muito deterioradas, chegarem ao estado de arruinamento. Após a desapropriação e demolição de parte dos imóveis, o Porto do Recife ergueu um muro de dois metros de altura em torno da área. Com esta construção, a ociosidade e a necessidade dos trabalhadores do porto residirem próximo ao trabalho, iniciou-se um processo de ocupação informal na área, dando lugar aos seus novos residentes: a Favela do Rato, hoje Comunidade do Pilar (ver foto 1).

Atualmente, tem-se poucos remanescentes íntegros nesta parte do bairro, sendo um destes a Igreja Nossa Senhora do Pilar (1680-1683). A antiga capela de estilo neoclássico, hoje Igreja do Pilar, é monumento tombado pelo IPHANiv e sofreu inúmeras reformas, onde a maior delas ocorreu no período 1898-1906. No entorno da Igreja, tem-se

a fábrica Pilar (1875), que esta fora das marcações do traçado urbano antigo. Trata-se de um exemplar da arquitetura proto-modernista, sem nenhuma proteção legal de preservação (ver foto 2).



Foto 1: Vista aérea da Comunidade do Pilar
Fonte:
<http://www3.trf5.gov.br/eventos/index2.php?id=78>



Foto 2: Igreja do Pilar
Fonte:
<http://www3.trf5.gov.br/eventos/index2.php?id=78>

Em 15 de dezembro de 1998, já no decorrer do Plano de Revitalização, o Bairro do Recife foi tombado pelo IPHAN.^v O polígono tombado corresponde a 186mil m² divididos em três subnúcleos, com 51 imóveis de destaque. Neste tombamento, o Pilar aparece apenas como zona de entorno. Já na legislação municipal, é colocada como zona de renovação urbana, tendo algumas edificações consideradas como “elementos preserváveis”.



Imagem Satélite 1: Bairro do Recife:
Fonte: Google Earth

4. O PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE

4.1 Objetivos do Plano

Em 1993, com a iniciativa da Prefeitura da Cidade do Recife e com apoio do Governo do Estado de Pernambuco, dá-se início à implementação do Plano de Revitalização do Bairro

do Recife (PRBR). Este plano foi desenvolvido no período de 1989 a 1992, pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura e coordenado por Silvio Zanchetti. O PRBR tem como característica a participação direta tanto da iniciativa pública quanto da privada e, a partir de 1998, o apoio de programas de financiamento como o MONUMENTA/BID. O PRBR tem como objetivos principais:

Conservar o patrimônio histórico cultural do Bairro mais antigo da cidade, resgatando a sua característica de espaço em constante transformação que matem os registros de todas as suas épocas históricas; Transformar a economia do Bairro do Recife no sentido de torná-la um centro regional, isto é, um pólo de concentração de comércio varejista, de serviços modernos, de cultura e lazer e o um centro de serviços modernos; Tornar o Bairro do Recife um espaço de lazer e diversão para toda a população da cidade – um espaço que promova a concentração de pessoas nas áreas públicas criando um espetáculo urbano; Tornar o Bairro do Recife num centro de atração turística nacional e internacional (PRBR,1993: 76).

4.2 Setores de Intervenção

Para atingir esses objetivos, o plano requer a implantação de uma nova legislação para a área de intervenção, e também uma subdivisão da mesma. Esta subdivisão se dá por uma setorização, identificando dentro do Bairro do Recife, três áreas distintas, de acordo com a sua caracterização, sendo estas intituladas de Revitalização, Consolidação e Renovação (ver figura 3).

Segundo o PRBR, para o setor de Revitalização, área que compreende a maior parte das edificações de interesse histórico-cultural, prevalece o interesse na conservação e melhoria

do estado de conservação deste conjunto e de suas condições de uso. Para isso, foi definido o uso de solo para atividades de serviços modernos, comércio varejista e habitação. Estes usos estão direcionando a ocupação para o uso misto, definindo aos andares térreo e primeiro as atividades de intenso uso público, e aos demais pavimentos os serviços especializados e habitação (PRBR,1993: 95).

No setor de Consolidação Urbana, “área que compreende os aterros dos anos 60, de modelo de ocupação baseado no ideário modernista, como os edifícios da Prefeitura da

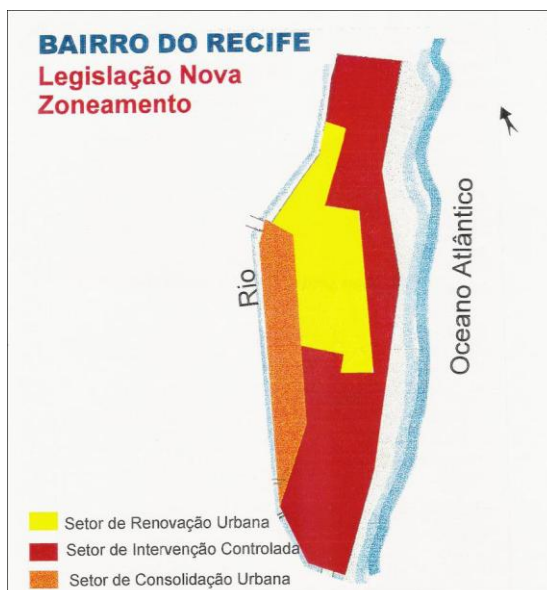


Figura 1 Setores de Intervenção da Revitalização do BR
Fonte: PCR, 1997.

Cidade e do Tribunal Regional Federal” (VIEIRA, 2005:109). Para lá, prevê-se a manutenção da predominância do uso institucional e das condições atuais.

Para o setor de Renovação Urbana, composto pela área onde se localiza hoje a Comunidade do Pilar, armazéns e galpões e parte do Porto, prevê-se uma reconstrução do espaço urbano, alterando os coeficientes de aproveitamento e ocupação do solo, promovendo uma nova ocupação da área e aumento no seu valor. Com esta renovação, foram definidos novos usos, comércio varejista, serviços tradicionais, habitação e os remanescentes comércio atacadista e indústria (PRBR,1993: 98-99).

Nas quadras localizadas no entorno da Igreja, onde hoje se encontra o coração da Favela do Rato, propôs-se um espaço para implantação de um centro de atividades mistas – o Centro Múltiplo do Pilar – desempenhando o papel de centro comercial, habitação, apoio às atividades portuárias e espaço público para manifestações populares (PRBR,1993: 113).

Já nas quadras que compõe a área industrial do Pilar, tem-se a iniciativa de preservação da edificação da Fábrica do Pilar, “devido a sua excepcional arquitetura e como testemunho da atividade industrial desde o século XIX ocupa a área” (PRBR,1993: 99).

4.3 Projetos de Impacto

Segundo o PRBR, “Projetos de impacto são conjuntos integrados de projetos estruturadores que devem ser implantados de modo coordenado.” (PRBR, 1993: 155). No PRBR estão previstos dois projetos de Impactos, o primeiro funcionando como âncora da intervenção.

Projeto do Impacto 1:

O primeiro projeto de impacto previsto pelo PRBR tem como foco a implantação de atividades de animação, lazer, turismo e comércio, funcionando como marco, atuando na área mais vistosa do perímetro de intervenção – o Pólo Bom Jesus.

Nesta primeira fase, designaram-se as seguintes ações:

- Os quarteirões de animação da Rua do Bom Jesus e adjacências;
- A reforma da Praça do Arsenal da Marinha;

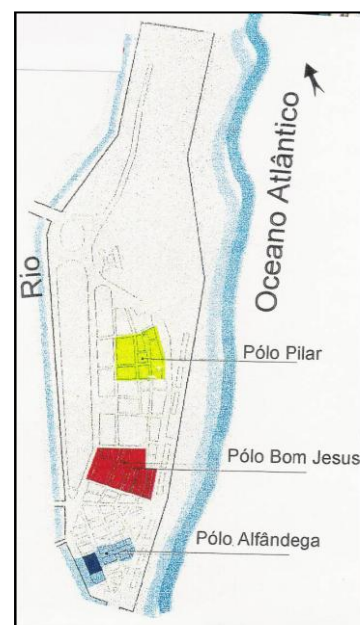


Figura 2: Pólos de Intervenção da Revitalização do Bairro do Recife
Fonte: PCR, 1997.

- A revitalização da Torre Malackoff;
- A construção de um terminal marítimo de passageiros;
- Reforma da Praça do Marco Zero.

Projeto de Impacto 2:

Esta segunda etapa designa-se a recuperação da área degradada do Bairro. Além disso, reverte a imagem degradada local. Para isso, propõe-se as seguintes ações:

- Elaboração de uma nova legislação de uso e ocupação do solo para o setor de renovação;
- Recuperação das quadras do Pilar, segundo um projeto definido através de um concurso nacional, para a implantação do Centro Múltiplo do Pilar;
- Construção de apartamentos em armazéns revitalizados; e
- Urbanização da Avenida Francisco Lisboa, incluindo a integração da estação e do Forte do Brum.

Ao plano elaborado para o Governo do Estado, a Prefeitura acrescentou alguns pontos que vieram orientar a reformulação do Plano Diretor. Para maior compreensão do plano, passou-se a utilizar a denominação “pólos” para as três áreas identificadas como indutoras do projeto. Sendo assim, três pólos: o Pólo Bom Jesus, o Pólo Alfândega e o Pólo Pilar, que estão localizados em área de destaque de dois setores de intervenção. O Pólo Alfândega e o Pólo Bom Jesus estão inseridos no Setor de Intervenção Controlada e Pólo Pilar no Setor de Renovação Urbana (ver figura 4).

4.4 A Real Atuação do PRBR

De todo PRBR, as ações executadas integralmente correspondem ao primeiro projeto de impacto. O planejamento da evolução da atuação do plano foi modificado no decorrer deste processo. Segundo VIEIRA (2006), este processo começou em 1993 e perdura até os dias de hoje, passando por períodos distintos que estão ligadas diretamente às suas gestões municipais.

O primeiro período descrito pela autora, de 1993 a 1996, início da implementação do Plano, se encaminha exatamente para as diretrizes descritas nele. Nesta fase, o PRBR é prioridade na gestão municipal. Iniciaram-se os investimentos no Pólo Bom Jesus, e Bairro do Recife passou a ser novamente parte da dinâmica da cidade. O plano previa um

enfoque multifuncional para área, mas apenas os usos de lazer e turismo foram incentivados, visando uma valorização direta e imediata.

O segundo período de implantação descrito por VIEIRA (2006) compreende os anos de 1997 a 2000, onde deveria ter sido efetuado o segundo projeto de impacto. Nele o Bairro do Recife já se encontrava numa realidade bem diferente da prevista pelo plano. Esta gestão teve que dar continuidade as implementações da primeira, que deixou de fora os investimentos ao uso habitacional e as intervenções previstas para o Pólo Pilar. Diferente de tudo isto, esta seguiu a mesma linha de atuação da primeira, canalizando os investimentos em lazer e turismo, deixando os ditados pelo plano de lado. Diante desta postura, o Bairro do Recife começou a sentir a falta de recursos em infra-estrutura, a chegada de mendigos, e também, a passagem do “boom” inicial da intervenção.

Um marco significativo na trajetória do plano foi a entrada do programa MONUMENTA/BID no contexto do PRBR. Para a implementação do programa, o Bairro do Recife teve que entrar num processo de tombamento. Para isso foi feito um cadastramento e inventário de todos imóveis inseridos no perímetro de tombamento. Conforme já dito anteriormente, o Bairro do Recife foi tombado em 15 de dezembro de 1998. Após o tombamento, o próximo passo foi o planejamento para as ações no Pólo Alfândega, que era composto de vários projetos. Dentre eles estavam o projeto do Shopping Cultural Alfândega, a revitalização da Rua da Moeda. Mais uma vez, foi colocada como prioridade a atuação o desenvolvimento das atividades de lazer e turismo, deixando novamente de lado o Pólo Pilar, sem qualquer perspectiva de ser implementado.

Apesar de ter sido colocado como o desafio mais importante para a gestão municipal e de ter o projeto realizado para o Conjunto Habitacional Nossa Senhora do Pilar e para a Escola da Comunidade do Pilar, o Pólo Pilar ainda continua, neste período, aguardando investimentos. Enquanto isso, a Favela do Rato tem uma situação cada vez mais grave. Ao final deste período, no ano 2000, temos uma população de 925 habitantes, sendo que 48,96% dos chefes de família ganham menos que um salário mínimo. Vale salientar que, em 1991, o número de habitantes era de 565. Esses números refletem uma taxa de crescimento anual de 5,68%, extremamente superior à taxa geral para a cidade do Recife, que foi de - 0,93% (zero vírgula noventa e três por cento negativo), neste mesmo período. Dos bairros que compõem a Região Político-Administrativa (RPA) 01, que corresponde à área central da cidade, apenas o Bairro do Recife e o bairro de Santo Antônio tiveram aumento populacional. De um modo geral, a RPA 01 teve uma taxa anual de crescimento também negativa, de -0,61% (zero vírgula sessenta e um por cento negativo). Este aumento populacional no Bairro do Recife está concentrado na Favela do Rato e se refere à classe com menores condições econômicas, pois, em 1991 ‘apenas’ 23,85% dos chefes de família desta população ganhavam menos

de um salário mínimo, contra os quase 50% do ano 2000, como vimos acima (VIEIRA, MONTEIRO, MONTEIRO e CAMPELLO, 2008).

Para o Pólo Pilar, que deveria ter sido o segundo projeto de impacto, as devidas definições ainda estão em processo. O atual prefeito da cidade do Recife, João da Costa, assinou em 18 de abril de 2009, um contrato entre a prefeitura e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que vai viabilizar R\$ 24 milhões para as obras do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar. Com a captação de recursos já garantida, foi lançada em 29 de julho de 2009, a licitação do projeto, sendo esta, na modalidade concorrência, tipo "menor preço", sob o regime de empreitada por preço unitário. O prazo de entrega de todas as etapas é de três anos.

No dia 10 de Novembro de 2009, João da Costa assinou outro contrato para complementar os recursos para o projeto do Pilar. Em Brasília, o Prefeito assinou, juntamente com o Presidente da República, Lula, o termo de cooperação para receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com um montante de cerca de R\$ 10 milhões de reais.

5. O PROJETO

O projeto para o Pólo Pilar foi desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Recife, com participação de três de suas secretarias: o projeto da creche/escola e posto de saúde foi elaborado pela Secretaria de Educação, o do mercado público pela Empresa de Urbanização do Recife (URB) e o Conjunto Habitacional Comunidade do Pilar pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC/URB), tendo sua aprovação no IPHAN em 2009.

Segundo os autores, o projeto visa resgatar o desenho urbano das quadras existentes, que se perdeu desde o início da ocupação da Favela do Rato. O memorial do projeto coloca que este resgate foi fundamentado a partir de mapas pesquisados (Unibase e Atlas Histórico Cartográfico do Recife). A proposta arquitetônica ocupa as quadras 45, 46 e 55 em áreas exclusivamente para habitação. A quadra 60 tem o uso misto, comércio e habitação, onde será erguido um edifício onde no térreo funcionará um mercado público. À quadra 40 serão atribuídos os usos de habitação, educação e saúde, em dois edifícios que funcionarão como escola, creche e posto de saúde da família. Na quadra 25 locou-se a praça.

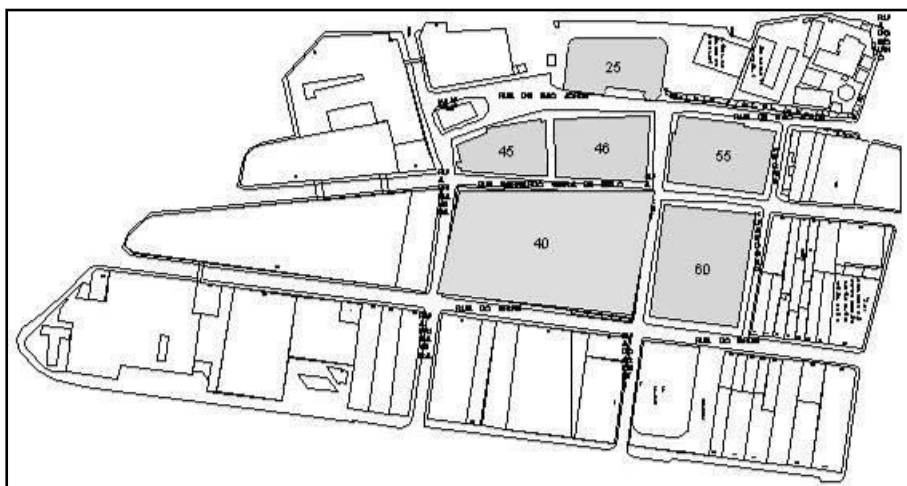


Figura 3: Demarcação das quadras onde o projeto será implantado

Fonte: DPPC, 2009

Os blocos habitacionais seguem o modelo de ocupação da cidade tradicional, quadras compactas, abrigam construções implantadas no paramento da rua, com suas fachadas voltadas para as vias públicas, sem recuos laterais, construídas em terrenos estreitos e com altas empenas laterais, como recomenda a Lei Municipal no 16.290/97, seguindo o modelo morfológico existente na ZEPH 09.

Quadra 25

Esta área foi destinada a criação de um novo espaço público, uma praça de 2.559,60 m². A intenção projetual desta praça foi resgatar a visão da Igreja pelos transeuntes que passam pela Avenida Alfredo Lisboa e o seu antigo acesso ao mar. O espaço da praça contempla áreas de estacionamento de automóveis, estar contemplativo e playground infantil. (ver figura 6)

Quadra 45

Nela, serão implantados três novos blocos de edifícios, contando no total com 50 unidades habitacionais. Dois destes blocos, situados na Rua de São Jorge, possuem apenas dois pavimentos devido à proximidade a Igreja do Pilar, já que esta quadra fica na sua lateral. Cada edificação possui área livre para convívio. O bloco fica mais baixo que a igreja, tendo esta 7.40m e o bloco com 7.31m. O edifício localizado na Rua Bernardo Vieira de Melo, que não possui diálogo direto com a Igreja, foi concebido com quatro pavimentos. (ver figura 7)



Figura 4 Maquete eletrônica da quadra 25
Fonte: DPPC, 2009



Figura 5: Maquete eletrônica da quadra 45
Fonte: DPPC, 2009

Quadras 46 e 55

Nas quadras 46, 55, também são localizados novos edifícios habitacionais e seguem o modelo de implantação das edificações da quadra 45. Em cada quadra situam-se quatro edifícios habitacionais de quatro pavimentos. Cada um desses blocos contará com 128 unidades habitacionais.

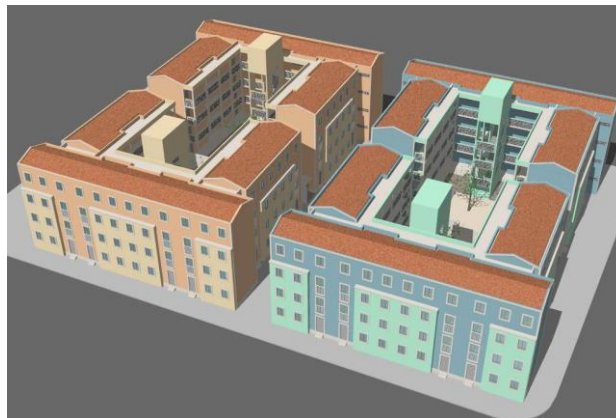


Figura 6: Maquete eletrônica da quadra 45
Fonte: DPPC, 2009

Quadra 40

Na quadra 40 consta a instalação de cinco novos blocos habitacionais, no total de 192 unidades habitacionais. Estes seguem o mesmo módulo de implantação das quadras 46 e 55. Também estão locados nessa quadra um posto de saúde, uma creche e uma escola municipal de ensino fundamental. Nesta quadra ainda resistem algumas casas térreas e um sobrado, que serão reformados, e neles funcionará a creche.

Projeto da escola / creche

O projeto da escola/creche faz uso dos imóveis existentes como elemento compositivo da área. Internamente, foram realizados supressão e compartimentação dos vãos originais, visando uma melhor adequação ao novo uso. Também foram construídos outros volumes, alguns deles verticalizados, para ampliar o aproveitamento dos espaços.

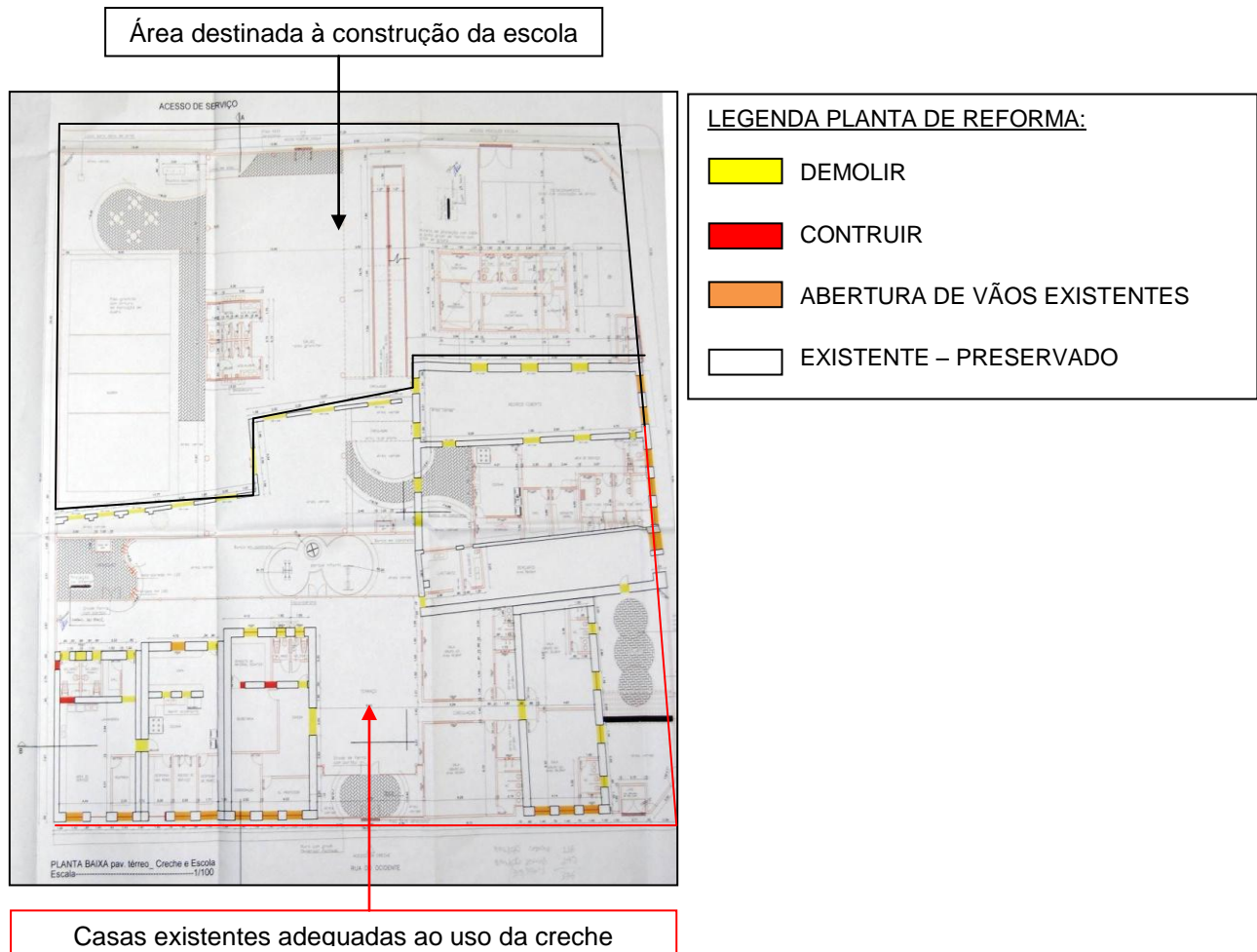


Figura 8: planta de reforma da creche e de construção da escola – 1º pavimento
Fonte: DIRCON, 2009



Figura 9: Fachada da escola/creche voltada para a Rua do Ocidente
Fonte: DIRCON, 2009

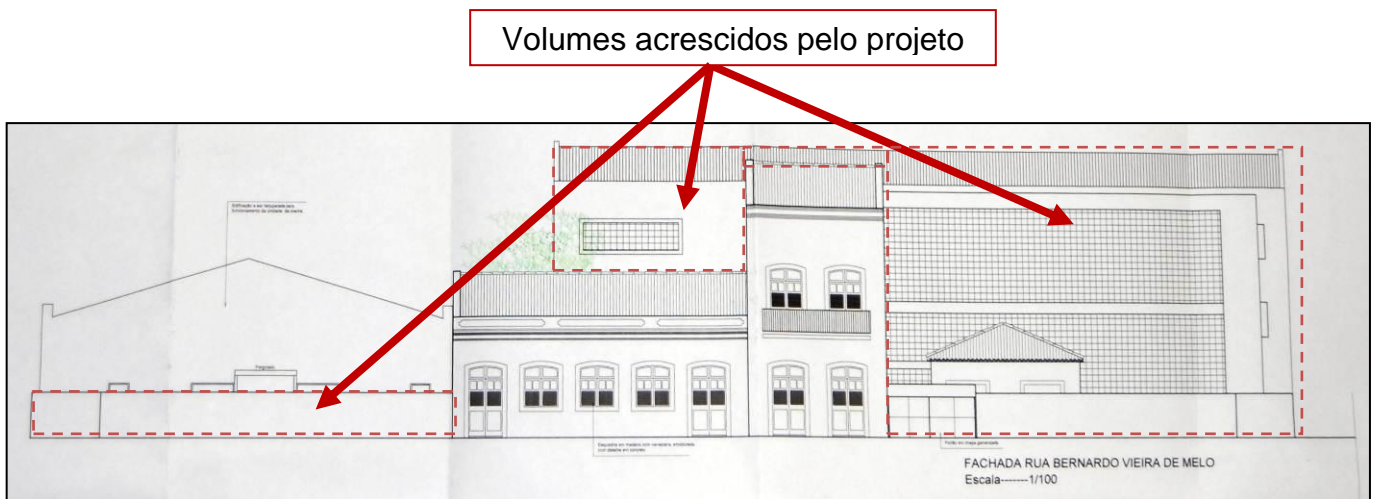


Figura 10: Fachada da escola/creche voltada para a Rua Bernardo Vieira de Melo
Fonte: DIRCON, 2009

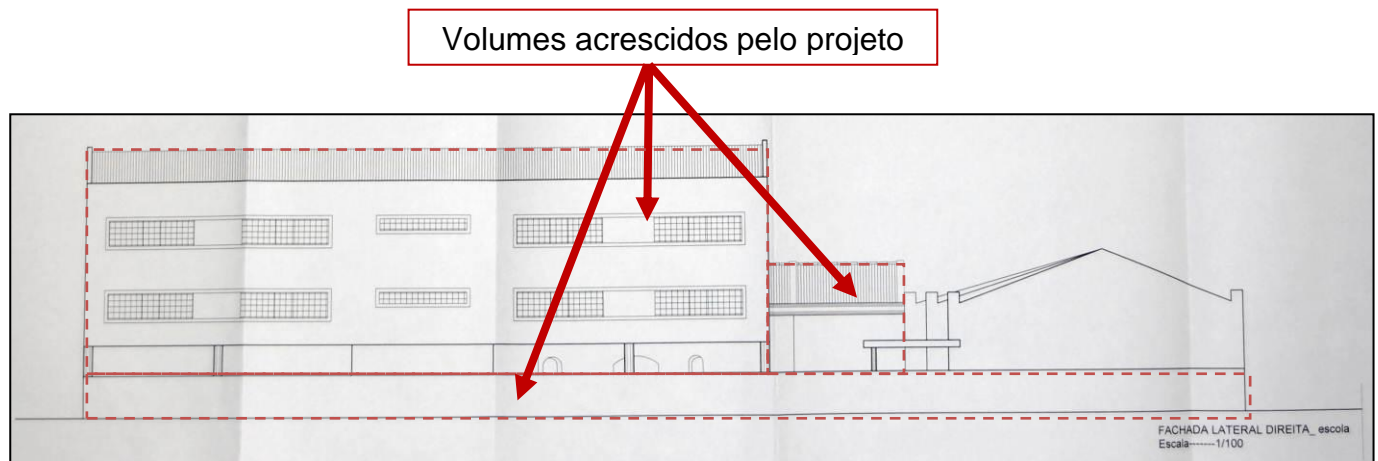


Figura 11: Fachada lateral direita da escola/creche
Fonte: DIRCON, 2009

Projeto do posto de saúde

O projeto do posto de saúde trata-se de uma construção nova, tendo como único vestígio remanescente da edificação original uma parede em processo de arruinamento. Esta ruína será consolidada e é utilizada como elemento compositivo, sem fazer parte da edificação propriamente dita, pois está previsto, no projeto, um afastamento entre o novo volume e a mesma.

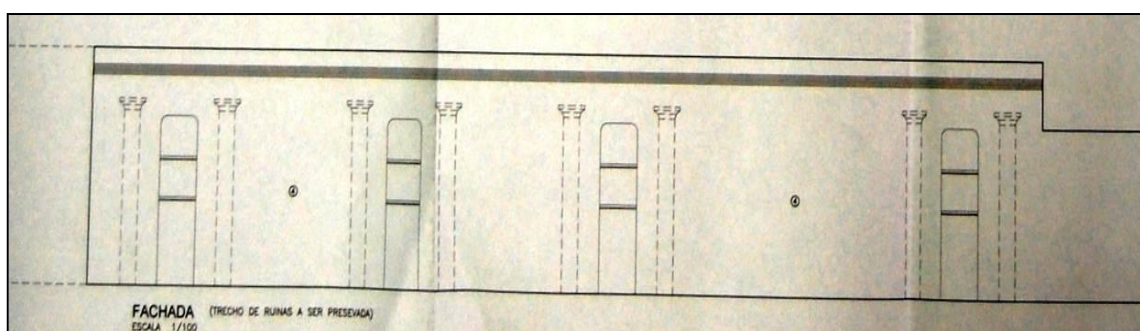


Figura 12: Fachada (Trecho de ruína a ser preservado)
Fonte: DIRCON, 2009

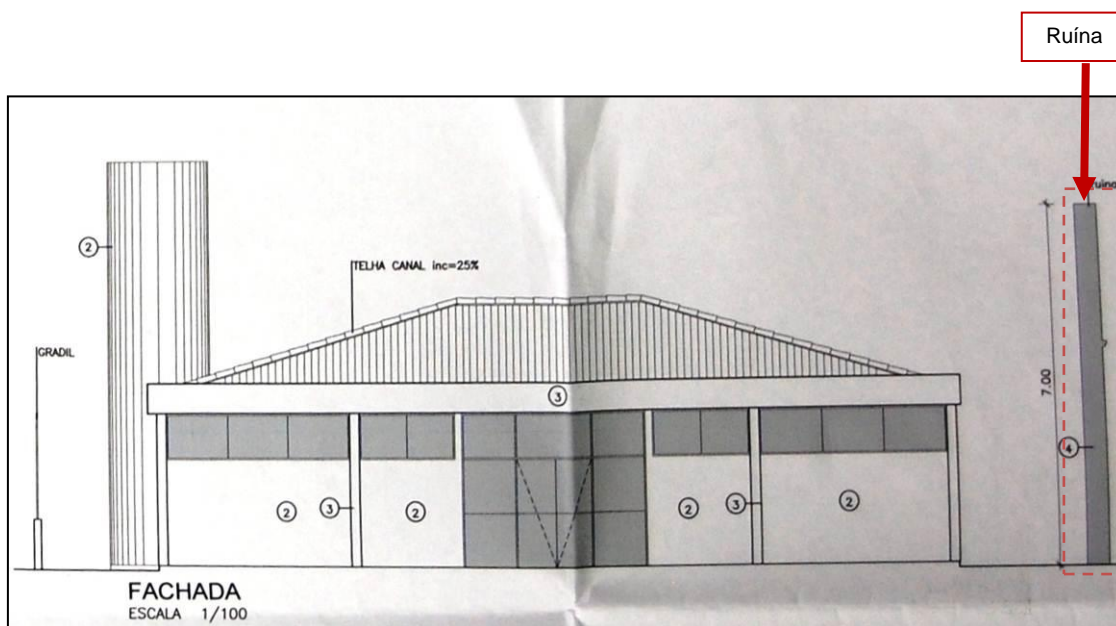


Figura 13: Fachada frontal da nova edificação a ser construída
Fonte: DIRCON, 2009



Figura 14: Fachada lateral da nova edificação a ser construída
Fonte: DIRCON, 2009

LEGENDA:

- 1 – Cerâmica 30x30;
- 2- Argamassa de cimento e área 1:2 com pintura 100% acrílica sobre emassamento;
- 3- Concreto aparente;
- 4- As paredes existentes devem ter seu reboco retirado e refeito, em seguida revestida com massa feita com areia fina peneirada de nivelamento e acabamento uniforme, pintadas com tinta acrílica PVA em cor a ser definida.

Quadra 60

A quadra 60 terá a função mista. Nela serão abrigados dois blocos com 90 unidades habitacionais, que seguem a implantação dos blocos das quadras 46 e 55, um mercado público e um centro comunitário de lazer e cultura. Este último funcionará no casario remanescente que passará por reformas e adaptações a seu novo uso.

Projeto do mercado

O projeto do mercado, como já foi dito anteriormente, utiliza a estrutura de uma edificação existente. Para adaptação ao seu novo uso, foi proposto não apenas uma consolidação da estrutura existente, mas também alterações na estrutura interna do imóvel, além de construção de novos elementos e volumes, alguns deles sendo perceptíveis nas fachadas da edificação



Figura 16: Fachada frontal voltada para Rua Bernardo Vieira de Melo
Fonte: DIRCON, 2009

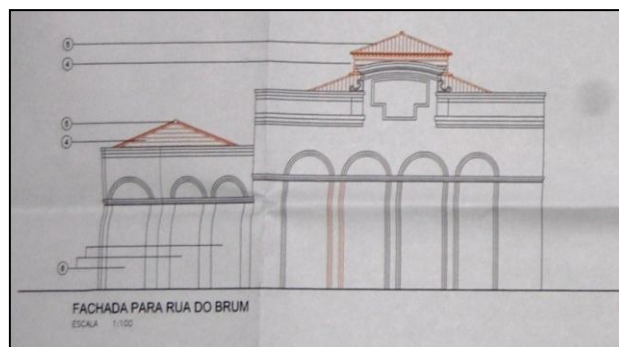


Figura 17: Fachada posterior voltada para Rua do Brum
Fonte: DIRCON, 2009

6. ANÁLISE DO PROJETO

Como o projeto em questão trata-se da inserção de edificações novas dentro de uma área histórica, além de adaptações de alguns casarios remanescentes, vê-se a necessidade de realizar uma análise crítica de tal projeto, visando interpretar as possíveis repercussões deste dentro da ambiência histórica. Esta análise abordará a proposta sob o âmbito dos teóricos do restauro Alois Riegl, Césare Brandi e dos urbanistas Steven Tiesdell, Taner OC e Tim Heath, além das diretrizes das cartas patrimoniais para intervenções em áreas de entorno / ambiência histórica, já citados neste trabalho.

Desenho urbano

Segundo o memorial descritivo do projeto, este não se trata apenas da implantação de conjuntos habitacionais na área do Pilar em si, mas também uma proposta urbanística de resgate do traçado urbano.

De acordo com a Carta de Washington de 1987, a forma urbana é um dos componentes da ambiência, sendo então, digna de ser preservada. Desta forma, os elementos urbanos, como traçado urbano, implantação de quadras e lotes, fazem parte da ambiência.

A intervenção analisada tem, aparentemente, pretensão de chegar a esta preservação através do resgate proposto. Este resgate diz respeito apenas à implantação das quadras. A disposição dos lotes no terreno e, conseqüentemente, a implantação dos imóveis no lote, não seguem o princípio do resgate, visto que a locação dos conjuntos habitacionais propostos é totalmente diferente da original. Assim, é preciso deixar claro que o resgate da forma urbana limita-se a configuração das quadras.

Quadra 25

Para esta quadra, a proposta é a implantação de uma praça, a fim de promover, além de um espaço público para a comunidade, a abertura do campo de visão dos transeuntes da Av. Alfredo Lisboa (via de maior fluxo do BR) à Igreja do Pilar, e conseqüentemente, aos blocos implantados nas quadras 45, 46 e 55 (ver figura 06).

Quadra 45, 46 e 55

Estas três quadras são as que serão expostas à vista dos que circulam no BR pela Avenida Alfredo Lisboa. Esta abertura de visada, proposta da quadra 25, acentua a relação de ambiência do Pilar com o BR. Além disto, estas mesmas quadras possuem relação direta com a Igreja do Pilar, a qual é o ponto focal da visada citada. Nestas quadras serão implantados apenas blocos de edifícios, ocupando toda quadra, ou seja, nestas não haverá edificações remanescentes a serem preservados (ver figuras 07-11).

A importância destas quadras quanto à ambiência é trabalhada no projeto através da adoção de aspectos relacionados, de alguma forma, com o entorno existente. Assim, tenta “preservar” as características locais no que diz respeito a volume, escala e estilo, através do gabarito adotado, além da inserção de elementos decorativos típicos da arquitetura eclética das edificações vizinhas.

Ainda assim, o projeto não garante tal ambiência, pois a referência do volume e escala adotados para os conjuntos habitacionais tem relação com a Igreja do Pilar e, enquanto nestas quadras eram locadas edificações de mesma tipologia do casario existente. Este casario “original” tinha, de acordo com a tipologia local, um ou dois pavimentos, além de ocupar a quadra em lotes estreitos e compridos e os imóveis com suas fachadas frontais rentes a linhas frontal do lote.

Enquanto isto, os volumes propostos dividem a quadra em dois ou três lotes (depende da quadra), tendo quatro pavimentos, correspondentes ao gabarito da Igreja, e com suas fachadas rentes ao alinhamento da quadra. Assim, esta implantação proposta gera, inevitavelmente, um volume de massa construída jamais existente na área, interferindo na sua ambiência.

Quanto aos elementos arquitetônicos e decorativos adotados nas fachadas, estes remetem a uma arquitetura eclética típica do casario que um dia ocupou estas quadras. Isto é perceptível na aplicação dos frontões triangulares, da adoção de coberta de duas águas com telha canal, na modulação das esquadrias e suas respectivas cercaduras. Podemos dizer que esta postura prejudica a autenticidade do conjunto, pois não utiliza uma linguagem contemporânea para as novas edificações. Para piorar a situação, não se tem referência histórica da utilização destes elementos escolhidos, em edificações de quatro ou mais pavimentos de tais proporções. Ou seja, cria-se uma aberração que nem é contemporânea e nem é uma cópia fiel da arquitetura do passado.^{vi} Deste modo, ao se olhar a composição da volumetria composta pela massa construída, pela sua cobertura e seus adornos, vê-se uma incompatibilidade estilística e formal.

Ao se interpretar este projeto aos olhos dos teóricos do restauro, vê-se que, quanto à relação da proposta de intervenção com os valores da teoria de Alois Riegl, têm-se uma postura não condizente com a preservação do valor histórico. Isto não se dá somente pela proposta visar em potencializar ao máximo, dentro dos requisitos da legislação de proteção da área, a utilização do espaço, o chamado Pólo Pilar, para o uso da Comunidade, e sim, porque os elementos compositivos utilizados para compor a

ambiência local geram um pastiche^{vii}, ou seja, um falso histórico, afetando assim, a preservação do valor histórico inerente a área.

Ao se confrontar a proposta com a teoria de Brandi,^{viii} vê-se que a questão da unidade potencial não é, em momento algum, colocada como prioridade no projeto. Pelo contrário, a inserção de volumes e linguagens arquitetônicas jamais existentes no local, remete a uma ruptura nesta unidade potencial. Para Brandi, a reprodução dos elementos estilísticos de uma arquitetura de outrora, numa edificação sem referência alguma com tais elementos, findam a resultar numa falsificação, classificada, dentro de seus próprios princípios, como uma imitação.

Ao se tentar classificar esta intervenção dentro dos conceitos de uniformidade, continuidade e justaposição contextual, vê-se que esta não se enquadra claramente em nenhum deles, na verdade, apresenta características que indicam um pouco de cada classificação. Podemos considerar que a postura projetual busca uma continuidade contextual quando lemos os argumentos defendidos no memorial quanto ao resgate da forma urbana e a utilização dos elementos compositivos típicos da arquitetura da vizinhança. Mas, ao reproduzir tais elementos e não interpretá-los, se confunde com uma postura de uniformidade. E por fim, com o resultado final da composição, no que diz respeito a escala das edificações, vê-se um possível enquadramento como justaposição contextual, pois é notável a inexistência de qualquer edificação eclética nas dimensões e no gabarito adotados para os conjuntos habitacionais.

De acordo com todos os pontos de vista abordados, conclui-se que a inserção de edificações de habitação multifamiliar de tais proporções, e com tais elementos decorativos, interfere, de forma negativa, na ambiência local. Assim, provoca algo já denunciado nas cartas patrimoniais, que é a criação de edificações que não remetem nem a sua própria época, e nem a nenhuma outra, gerando então, uma arquitetura sem referência temporal e estilística.

Quadra 40

A implantação da quadra 40 a divide em duas, na sua face voltada para a Rua Primavera consta a instalação de novos blocos habitacionais. Já na sua face voltada para a Rua do Ocidente, serão utilizadas edificações remanescentes para a instalação da escola municipal, creche e posto de saúde.

No que diz respeito à implantação dos blocos habitacionais, estes seguem o mesmo módulo das quadras 45, 46 e 55. Deste modo, tanto a interpretação dos elementos quanto as conclusões resultantes se aplicam aos blocos habitacionais desta quadra.

Projeto da escola / creche

Da mesma forma que a conduta em relação a implantação do conjunto habitacional, vê-se na postura projetual da proposta arquitetônica para a intervenção nos imóveis para a implantação da escola/creche, uma preocupação com o máximo aproveitamento do espaço para a implantação do novo uso. Para tanto, não apenas intervém nas edificações existentes, mas também faz acréscimos de área construída.

Estes acréscimos de volumes não têm referencia formal alguma com os imóveis preservados no projeto. Na face da quadra voltada para a Rua do Ocidente, tem-se um conjunto contínuo de três casas ecléticas, um “vazio” e, posteriormente, outra casa de mesma tipologia das três outras. Este “vazio” foi preenchido com uma nova edificação, corresponde a uma sala e ao terraço de circulação interna, o qual também é o acesso principal à creche. A falta de relação formal em relação ao conjunto citado não se dá pela inserção de elementos e materiais contemporâneos, e sim através da quebra da continuidade das alturas de cumeeira, e da inserção de uma face “cega”.

Quanto ao projeto da escola, trata-se da inserção de dois novos volumes, uma pequena edificação que abrigará a parte administrativa, e uma edificação de pilotis e mais dois pavimentos.

A edificação do corpo administrativo é neutra em relação às existentes. Em contrapartida, o edifício com pilotis e dois pavimentos não se relaciona, em nenhum aspecto com casario existente. Não apenas por ter uma tipologia arquitetônica diferente, mas pela disparidade entre alturas, proporções e escalas^{ix}

Diante desta proposta, é visível que, segundo a teoria dos valores de Riegl, há um reconhecimento do valor histórico do casario existente, visto que o projeto os mantém, mas ainda assim, não é este o valor priorizado no projeto. O valor predominante na conduta projetual é o de uso, pois não apenas as edificações existentes são modificadas para abrigar o novo uso, mas também faz-se inserção de um prédio que não respeita ou, ao menos dialoga, com o casario existente.

Esta conduta seria vista aos olhos de Brandi, como uma agressão a unidade potencial deste conjunto, evidenciando assim, o impacto da implantação desta edificação na quadra, e em todo o conjunto

Este impacto também é obtido sob a análise quanto aos conceitos de uniformidade, continuidade e justaposição contextual. Este para a escola é um claro exemplo de justaposição contextual, sendo assim, uma ruptura com a unidade arquitetônica existente. Este, também, diz respeito, diretamente, a uma interferência na leitura do conjunto, ou seja, na ambiência local. Ambiência esta que tem sua importância reconhecida pelos documentos internacionais de preservação.

Outra recomendação feita em muitas das cartas patrimoniais, e presente na maioria das teorias do restauro, é a distinção entre o existente e as novas intervenções. Neste ponto de vista, a intervenção se coloca dentro do seu próprio tempo, deixando nítido o novo e o antigo.

Projeto do posto de saúde

A edificação projetada para abrigar o posto de saúde trata-se de uma construção nova. No lote onde será implantado, há uma alvenaria em arruinamento, e a postura projetual foi de consolidá-la.

A opção de manutenção da ruína ocasionou numa preservação da ambiência, pois esta mantém a relação de continuidade com o casario remanescente vizinho. Além desta relação, a ruína encobre a nova edificação, que se torna quase imperceptível de qualquer ângulo de visada. Sua face frontal é encoberta pela ruína, a lateral direita pelo conjunto habitacional, a lateral esquerda pelo casario vizinho, e a posterior pelo volume proposto para a escola.

A proteção visual à nova edificação garante a ambiência local, como também a integridade do conjunto. E, quando possível ser visualizada, é perceptível a contemporaneidade de sua construção, não cometendo nenhum falso histórico ou pastichismo. Esta conduta é defendida por Riegl e Brandi, como pelas Cartas Patrimoniais. Desta forma, esta intervenção tem um resultado de continuidade contextual.

Quadra 60

A implantação da quadra 60, como o projetado para a quadra 40, a divide em duas. Na sua face voltada para a Rua Edgar Weneck consta a instalação de novos blocos habitacionais. Já na sua face voltada para a Rua do Ocidente, serão utilizadas edificações remanescentes para a instalação de um mercado público.

No que diz respeito à implantação dos blocos habitacionais, estes seguem o mesmo módulo das quadras 45, 46 e 55. Deste modo, tanto a interpretação dos elementos quanto as conclusões resultantes se aplicam aos blocos habitacionais desta quadra.

Projeto do mercado

Diferente da postura projetual do posto de saúde, o projeto do mercado é bastante agressivo. A proposta une duas edificações existentes e faz um acréscimo de área construída. Além do remembramento e do acréscimo de área, a volumetria das edificações existentes também é modificada, com a inserção de uma cobertura acima da linha da platibanda.

Além disto, a maior parte da fachada lateral (Rua do Ocidente) é perdida. Nela são construídos os boxes do mercado, gerando assim, uma composição de aberturas que se choca com a arquitetura eclética da edificação que a abriga.

Do projeto, percebe-se uma tentativa de evidenciar a “idade” das edificações através da manutenção das fachadas frontal e posterior, sendo assim, a intervenção que beira o fachadismo.

Ainda assim, o projeto altera a composição volumétrica, não apenas pela modificação na fachada lateral, mas também pela modificação de toda a sua composição interna e da sua “quinta fachada” xi.

Diante desta proposta apresentada, é considerável que, segundo a teoria dos valores de Riegl, há um reconhecimento do valor histórico do casario existente, mas não ao ponto de preservá-lo, e sim, de marcar apenas a sua existência, através da conservação de duas de suas fachadas. Assim, o valor predominante na proposta é o de uso, pois a adequação dos imóveis ao novo uso foi o grande norteador do projeto.

Esta postura projetual, segundo a teoria brandiniana, remete a uma ruptura agressiva da unidade potencial das edificações. Evidenciando assim, o impacto dos acréscimos e modificações volumétricas nas edificações e em todo conjunto.

A intervenção, ao ser confrontada com os conceitos de uniformidade, continuidade e justaposição contextual, vê-se, tal como a proposta da escola, um exemplo de justaposição contextual.

Este impacto gera uma ruptura com a unidade arquitetônica existente, chegando a ser uma intervenção descaracterizadora, não atingindo apenas os dois imóveis intervistos, mas todo o conjunto.

Diante das recomendações internacionais, esta interferência na ambiência do conjunto é totalmente condenada. O único argumento destes documentos adotado na proposta é a distinguibilidade entre o novo e o antigo.

Diante da análise realizada do projeto do conjunto habitacionais e dos equipamentos propostos, conclui-se que, em todas as quadras, o valor histórico defendido por Riegl, a unidade potencial presente na teoria de Brandi e a ambiência histórica argumentada por várias Cartas Patrimoniais, foram comprometidos. Seja pelas posturas pastichistas dos edifícios habitacionais, pelas interferências nas edificações que abrigam o mercado e a creche e, pela nova edificação que abrigará a escola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se dispôs a realizar a análise crítica do projeto do Pólo Pilar, que compreende a implantação de conjuntos habitacionais para a população da Comunidade do Pilar, além da adaptação de edificações existentes para instalação de uma escola/creche, um mercado e um posto de saúde. Esta análise visou relacionar a postura intervencionista adotada com os conceitos ditados pelos teóricos do restauro, cartas patrimoniais e enquadrá-la dentro dos conceitos de uniformidade, continuidade e justaposição contextual.

Segundo os autores do projeto, a proposta almeja não apenas implantar os conjuntos habitacionais e os equipamentos destinados à área pelo Plano de Revitalização do Bairro do Recife, como também inseri-los na ambiência histórica local. Para tanto, tenta reconectar o Pilar com o restante do Bairro do Recife através da abertura de ângulos de visada à Igreja do Pilar, resgatar o traçado urbano original e relacionar as edificações propostas com as existentes através de composição de volumes e elementos estilísticos ecléticos que remetem a arquitetura histórica local, numa tentativa de integração.

O acesso visual a área do Pilar se deu com a transformação de uma das quadras em uma praça. Esta decisão não acarreta apenas na geração de um espaço público para a população local, mas também restabelece a ligação do Pilar com a via principal de tráfego local, com o Porto e com todo o bairro.

Quanto à proposta de resgate do desenho urbano, vê-se que este se limita à implantação das quadras. Os demais elementos que compõe a forma urbana, a disposição dos lotes no terreno e a implantação dos imóveis no lote, se perdem com a implantação dos conjuntos habitacionais.

No que diz respeito à composição volumétrica dos conjuntos habitacionais, entende-se que esta não promove uma integração com o entorno, e sim uma perda na autenticidade deste conjunto. Isto ocorre a partir da postura pastichista de reprodução dos elementos da

arquitetura eclética vizinha em edificações de forma, volume e escala jamais experimentados pelo ecletismo, ocasionando em uma incompatibilidade formal e estilística.

Já na postura projetual das adaptações do casario existente, não se tem a postura pastichista dos conjuntos habitacionais. Pelo contrário, todas as intervenções realizadas estão munidas de elementos e materiais remetentes a arquitetura contemporânea. Entretanto, este “desapego” a arquitetura existente é tão forte, que se sente falta de continuidade entre o conjunto original e os volumes propostos.

Diante da análise realizada, conclui-se que, seja na postura falso-historicista dos conjuntos habitacionais, como nas intervenções modernizadoras da escola/creche e do mercado, o resultado destas intervenções, de acordo com o referencial teórico adotado: interfere no valor histórico conforme defendido por Riegl; desconsidera a unidade potencial brandiniana; afeta a ambiência histórica e ofusca a autenticidade do casario eclético contíguo.

É preciso reconhecer a importância e urgência de execução de um projeto que atenda às necessidades sociais da Comunidade do Pilar que ainda não foi beneficiada pelo processo de Revitalização do Bairro do Recife que já tem mais de uma década de implantação. O projeto apresentado demonstra, entretanto, que ainda possuímos um longo caminho a percorrer no sentido de incorporar todo o desenvolvido arcabouço teórico-prático da restauração no sentido de alcançar intervenções que atendam aos seus objetivos funcionais e, ao mesmo tempo, qualifiquem o patrimônio construído das cidades.

REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BOITO, Camillo. Os Restauradores. Apresentação por Beatriz Mugayar Kuhl e tradução por Beatriz Mugayar Kuhl e Paulo Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, nº3. 63p.

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. São Paulo: editora UNESP, 2001.
KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Cotia, Ateliê Editorial, 1ª edição, 2009

MENEZES, J. L. M. Atlas Histórico e Cartográfico do Recife

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, Plano de Revitalização do Bairro do Recife, 1993.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese. Apresentação e tradução por Elane Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora UCG, 2006.

RUSKIN, John. A Lâmpada da Memória. Cotia, Ateliê Editorial, 2008

URB, Memorial Descritivo do Projeto de Projeto de Revitalização do Bairro do Recife – Conjunto Habitacional I e II – Comunidade do Pilar.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. Revitalizing Historic Urban. Quarters. Oxford: Architectural Press, 1996. 234p.

VIEIRA, MONTEIRO, MONTEIRO e CAMPELLO. Poder Local e Proprietários: Disputas pela (não) Preservação do Patrimônio. 2008

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de Sítios Históricos: A Transformação dos Valores Culturais e Econômicos nas Fases de Formulação e Implementação de Programas de Revitalização em Áreas Históricas. Recife: Editora da UFPE, 2007.

VIEIRA, Natália Miranda. Autenticidade do patrimônio edificado em processo de revitalização nos anos 90: o caso do Bairro do Recife, 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. O lugar da História na cidade contemporânea. O Bairro do Recife x Pelourinho. UFBA, 2000.

VIEIRA, Natália Miranda. A discipline in the making: classic texts on restoration revisited. City & Time 1. (1): 5, 2004. Disponível em URL: <http://www.ct.ceci-br.org>

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Apresentação e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. Coleção Artes & Ofícios, nº1. 70p.

FONTES DE INTERNET

<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/pontual-arquitetos-centro-de-04-05-2004.html> acessado em 07/12/2009 às 20:00.

<http://www.recife.pe.gov.br> acessado em 05/12/2009 às 19:00.

<http://www.skyscrapercity.com> acessado em 07/12/2009 às 20:00.

<http://www3.trf5.gov.br/eventos/index2.php?id=78> acessado em 07/12/2009 às 20:00.

i Brandi entende desenvolve a unidade potencial, não como um somatório de valores de um bem, e sim como o resultado estético de um todo.

ii De uma forma simplificada, podemos dizer que a integridade diz respeito à condição de a inteireza do bem.

iii A Autenticidade é o atributo ligado à veracidade, a legitimidade do bem. Para uma discussão mais elaborada em torno dos conceitos de integridade e autenticidade, bem como de sua relação com as classificações propostas por Tiesdell, Oc, Heath ver Vieira, 2008: 42-53.

iv (Processo Nº 761-T, inscrição no 385, do livro histórico, f1 62, datada de 25/08/1965 e inscrição no 483, do livro Belas Artes, f1 88, datada de 25/08/1965)

v Tombamento inscrito no Livro de Belas Artes, vol. II, inscrição n. 614, fls 39 e Livro de Arqueologia, Etnologia e Paisagismo, vol. I e II, inscrição n. 119, fls 99.

vi Vale salientar que a reconstituição total é uma postura de restauro que foi bastante utilizada no século XIX, mas que vem sendo cada vez mais condenada na contemporaneidade.

vii Pastiche: Reprodução / imitação / cópia de elementos de uma unidade estilística arquitetônica passada, buscando dar um ar historicista a edificação.

viii O arcabouço teórico do restauro é pertinente para qualquer intervenção em bens patrimoniais e não apenas para as classificadas como restauro em seu sentido absoluto (KÜHL, 2009).

ix A crítica à falta de relação entre altura, proporção e escala não remete a uma reprodução dos elementos existentes, e sim da inserção de novos elementos, com características e materiais contemporâneos que tenham mantido a composição do conjunto existente.

x O conceito simplificado do fachadismo seria a conduta intervencionista que comete uma falsificação da arquitetura, onde o externo é restaurado tal como o original existente, servindo de invólucro de um prédio totalmente remodelado internamente. A gravidade desta conduta é expressa pela sua conceituação na obra de KÜHL (2009), como “o ato de desventrar, de estripar e desossar um edifício histórico. (...) Invoca dessa redução arbitrária dos testemunhos históricos, enfatizando que o essencial nestes objetos – e o que é irrecuperável e irreproduzível - é a sua historicidade, os traços de seu transcurso no tempo.” (KÜHL,2009. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos do restauro, pág.215).

xi “Quinta fachada”: Alguns autores defendem que a cobertura de uma edificação corresponde a sua quinta fachada.